# **Decretos Legislativos**

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.472,** DE 1° DE JULHO DE 2015

Aprova a indicação do Senhor Marcos Peres Barros para exercer a função de Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Energia da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de atribuição que lhe confere a alínea 'h" do inciso II do artigo 18 do Regimento Interno, promulga o seguinte decreto legislativo:

Artigo 1º - Nos termos da Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007, alterada pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 1.175, de 2 de maio de 2012, fica aprovada a indicação do Senhor MARCOS PERES BARROS para exercer a função de Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Energia da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, pelo prazo remanescente do mandato do Senhor Genésio Betiol Júnior, tendo em vista a renúncia deste àquela função, para a qual havia sido designado em 3 de julho de 2013.

Artigo 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 1º de julho de 2015.

a) FERNANDO CAPEZ - Presidente

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.473,** DE 1° DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre a sustação de processo criminal movido em face de Deputado, nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 14 da Constituição do Estado.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de atribuição que lhe confere a alínea "h" do inciso II do artigo 18 do Regimento Interno, promulga o seguinte decreto legislativo:

Artigo 1º - Fica sustado o Processo nº 7709-69.2014.6.26.0000, classe 4ª, movido pela Justiça Pública Eleitoral em face do Deputado Antonio de Sousa Ramalho, que tramita perante o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Artigo 2º - Expeça-se ofício ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo Artigo 3º - Este decreto legislativo entra em vigor na data

de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 1º de

a) FERNANDO CAPEZ - Presidente

# **Atos**

### ATO N° 138, DE 2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais, NOMEIA, para os fins do disposto no § 3º do artigo 13 da Constituição do Estado e no artigo 33-A da XIV Consolidação do Regimento Interno, os seguintes Parlamentares para, juntamente com o 1º e o 2º Secretários da Mesa e este Presidente, comporem a Comissão Representativa da Assembleia Legislativa

- Deputada Maria Lúcia Amary PSDB
- Deputado Cauê Macris PSDB
- Deputada Beth Sahão PT

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA 1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 212, de 1997. (Autógrafo nº 26702), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre a isenção de incidência

de ICMS, na aquisição de ambulâncias, pelas Prefeituras Munici-

- Deputado Davi Zaia PPS
- Deputado Carlos Cezar PSB
- Deputado Coronel Camilo PSD Deputado Estevam Galvão - DEM
- Deputado Campos Machado PTB
- Deputado Delegado Olim PP • Deputada Clelia Gomes - PHS
- Assembleia Legislativa, em 1º de julho de 2015.

a) Fernando Capez - Presidente

#### ATO N° 139, DE 2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observado o Ofício nº 020/2015 de 29 de junho de 2015, do Deputado Marcos Martins, bem como os Termos de Adesão, nomeia as Deputadas e os Deputados relacionados abaixo para compor a Frente Parlamentar em Defesa do IAMSPE.

A inclusão de novos membros e a exclusão por eventuais desligamentos, observados os respectivos ofícios do Coordenador da Frente, dirigidos ao Presidente da Casa, serão providenciadas pela Secretaria Geral Parlamentar - Departamento de Comissões, mediante atualização e publicação do Anexo, parte integrante deste Ato.

ANEXO - Ato nº 139, de 2015

Composição da Frente Parlamentar em Defesa do IAMSPE				
N°	DEPUTADO(A)	PARTIDO	PARTICIPAÇÃO	
1	Marcos Martins	PT	Coordenador	
2	Abelardo Camarinha	PSB	Apoiador	
3	Afonso Lobato	PV	Apoiador	
4	Alencar Santana Braga	PT	Apoiador	
5	André Soares	DEM	Apoiador	
6	Antonio Salim Curiati	PP	Apoiador	
7	Atila Jacomussi	PCdoB	Apoiador	
8	Beth Sahão	PT	Apoiadora	
9	Carlos Giannazi	PSOL	Membro	
10	Carlos Neder	PT	Apoiador	
11	Celso Giglio	PSDB	Apoiador	
12	Davi Zaia	PPS	Apoiador	
13	Ed Thomas	PSB	Apoiador	
14	Edson Giriboni	PV	Apoiador	
15	Enio Tatto	PT	Apoiador	
16	Gil Lancaster	DEM	Membro	
17	Itamar Borges	PMDB	Apoiador	
18	Leci Brandão	PCdoB	Apoiadora	
19	Marta Costa	PSD	Apoiadora	
20	Orlando Bolçone	PSB	Apoiador	
21	Ricardo Madalena	PR	Apoiador	
22	Roberto Engler	PSDB	Apoiador	
23	Roberto Morais	PPS	Apoiador	

Assembleia Legislativa, em 01 de julho de 2015. a) Fernando Capez - Presidente

**Ordem do Dia** 

1° DE JULHO DE 2015

35ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

pais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0816, de 1999, (Autógrafo nº 25452), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Obriga as agroindústrias citricultoras a comprar dos citricultores, no minimo, 80% da matéria-prima principal utilizada na fabricação de suco de laranja. Parecer nº 1408, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 291, de 2001. (Autógrafo nº 26413), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Torna obrigatória a afixação de aviso ao público em locais que mantenham instaladas câmeras de filmagem para o monitoramento da circulação de pessoas. Parecer nº 2812, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0710, de 2003, (Autógrafo nº 26312), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Ailton José de Almeida" ao Fórum da Comarca de Jaguariúna, naquele Município. Parecer nº 1050 de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 122, de 2005, (Autógrafo nº 29867), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Obriga as lanchonetes e similares instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, a seguirem padrões técnicos de qualidade nutricional que assegurem a saúde dos consumidores. Parecer nº 1243, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 39, de 2006, (Autógrafo nº 30407), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahão. Institui o parcelamento do pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor - IPVA. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 687, de 2006, (Autógrafo nº 29174), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Introduz o quesito cor no sistema estadual de informações em saúde. Parecer nº 1885, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6°, da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Proieto de lei nº 569. de 2007, (Autógrafo nº 27755), vetado totalmente, de autoria do deputado Simão Pedro. Cria o Certificado de Responsabilidade Sócio-Ambiental às empresas do setor de produção de energia a partir de biomassa. Pareceres nºs 3142 e 3143, de 2008, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Meio Ambiente, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 193, de 2008, (Autógrafo nº 30006), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Regulamenta a publicidade de alimentos dirigida ao público infantil. Parecer nº 183, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao proieto. (Artigo 28. § 6º da Constituição do Estado)

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 334, de 2008, (Autógrafo nº 30353), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Cria o Programa de Qualidade de Vida da Mulher durante o climatério. (Artigo 28, § 6º da Consti tuição do Estado).

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 715, de 2008, (Autógrafo nº 29390), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Impede a inscrição do nome de consumidores nos serviços de proteção ao crédito, por dívidas oriundas da prestação de serviços essenciais. (Artigo 28, § 6º,

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1249, de 2009, (Autógrafo nº 30007), vetado parcialmente, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a instituir em caráter permanente, no âmbito da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, o Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença. Pareceres nºs 188 e 189, de 2013, respectivamente de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 540, de 2011, (Autógrafo nº 30846), vetado parcialmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Campeonato de Skimboard", em Ubatuba. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 577, de 2011, (Autógrafo nº 30502), vetado parcialmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Dispõe sobre a regionalização e a humanização das Perícias Médicas aos Servidores Públicos Estaduais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 644, de 2011, (Autógrafo nº 30042), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dispõe sobre a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - pelos órgãos ambientais do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA - e pelas unidades de policiamento ambiental, da Polícia Militar do

Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado). 16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 660, de 2011, (Autógrafo nº 30748), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana do Carmo. Fixa critérios para projetos voltados à capacitação profissional e social no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 885, de 2011, (Autógrafo nº 30230), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Estabelece que o repasse de verba para entidades beneficentes e de assistência social, ainda que se destine a obra ou serviço de engenharia, não dependerá de apresentação de título de propriedade do imóvel em que mantêm sua sede ou para o qual se destinam os recursos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 989, de 2011 (Autógrafo nº 30037), vetado totalmente, de autoria do deputado Simão Pedro. Institui política de disponibilização de Recursos Educacionais comprados ou desenvolvidos por subvenção da administração direta e indireta estadual. Pareceres nºs 324 e 325, de 2013, respectivamente de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Educação, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1060, de 2011, (Autógrafo nº 30747), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Massafera. Proíbe a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 328, de 2012, (Autógrafo nº 30009), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana Perugini. Dispõe sobre a segurança dos equipamentos de diversão instalados em parques de diversões, parques aquáticos e bufês. Parecer nº 193, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 514, de 2012, (Autógrafo nº 30217), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dispõe sobre a exigência de vistoria anual com laudo técnico acompanhado da respectiva via da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - para utilização de brinquedos em parques infantis de educação infantil, ensino fundamental público ou privado, bufês, parques públicos, de diversão, condomínios, hotéis, clubes e similares. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

## Sumário

Este caderno, com 72 páginas, contém as publicações da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado. Não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

NOTICIÁRIO DA ASSEMBLEIA		24 DE JUNHO DE 2015 - 31º SESSÃO EXTRAORDINÁRIA21
DECRETOS LEGISLATIVOS	10	25 DE JUNHO DE 2015 - 67º SESSÃO ORDINÁRIA24
ATOS		25 DE JUNHO DE 2015 - 32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA26
ORDEM DO DIA		26 DE JUNHO DE 2015 - 68ª SESSÃO ORDINÁRIA29
1° DE JULHO DE 2015 - 35° SESSÃO EXTRAORDINÁRIA		29 DE JUNHO DE 2015 - 69º SESSÃO ORDINÁRIA30
1° DE JULHO DE 2015 - 36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA		29 DE JUNHO DE 2015 - 33º SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EXPEDIENTE		ATOS ADMINISTRATIVOS
1° DE JULHO DE 2015 - 71ª SESSÃO ORDINÁRIA		
OFÍCIOS		TRIBUNAL DE CONTAS
Propostas de emenda à constituição		COMUNICADOS35
PROJETOS DE LEI		DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS
MOÇÕES		DESPACHOS57
REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO		ACÓRDÃOS62
REQUERIMENTOS		PARECERES
INDICAÇÕES		SENTENÇAS63
PARECERES		COMUNICADOS DE CARTÓRIOS
DESPACHOS	14	ORDEM DO DIA DAS CÂMARAS E DO TRIBUNAL PLENO
COMISSÕES		EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO
ATAS	14	DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO
DEBATES		•
23 DE JUNHO DE 2015 - 29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA		UNIDADES REGIONAIS
23 DE JUNHO DE 2015 - 30º SESSÃO EXTRAORDINÁRIA		ATOS ADMINISTRATIVOS
24 DE JUNHO DE 2015 - 66ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	MATÉRIA ADMINISTRATIVA77

# **imprensaoficial**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Diretora-Presidente** Maria Felisa Moreno Gallego **Diretor Vice-Presidente** Marcio Abujamra Aith **Diretor Administrativo e Financeiro** Richard Vainberg Diretor Industrial Diretor de Gestão de Negócios Jornalista Responsável

Ivail José de Andrade

Gabriel Zeitune (MTb 43.569)

**Diário Oficial** 

redacao@imprensaoficial.com.br

**PODER LEGISLATIVO** 

Imprensa Oficial do Estado S.A. Imesp CNPJ 48.066.047/0001-84

I.E. 109.675.410.118

Sede e administração

Rua da Mooca 1921 São Paulo SP CEP 03103-902 t 11 2799.9800

www.imprensaoficial.com.br

SAC 0800 01234 01

Capital

XV de Novembro

t 11 3105.6781 / 11 3101.6473 Rua XV de Novembro 318 Centro São Paulo SP CEP 01013-000